

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

Gaza e Cisjordânia: FIM AO GENOCÍDIO!



Por uma nação palestina, uma, laica e democrática, do rio até ao mar, com direitos iguais de todas as suas componentes, árabes e judaicas, parte da luta de emancipação de todos os povos da região da opressão neocolonial e imperialista, por uma união livre dos povos e Estados do Próximo e Médio Oriente.

Pág. 10, 11, 12

editorial

A antiga directora-adjunta do “Público”, Ana Sá Lopes, escreveu há dias uma curiosa “newsletter”. Nela, faz uma descrição exaustiva da intrincada saga de sucessivos dirigentes do PS, inicialmente conotados com a “esquerda” do partido, mas que acabaram, todos eles, “à direita”, logo que chamados ao poder. E conclui assim:

“O problema é que tudo isto é fado. E o fado chama-se pertença à União Europeia, onde (...) o eleitorado está condenado a escolher entre ‘um programa Coca-Cola e um programa Pepsi-Cola’. Alguém está a ver o PS, seja dirigido por Pedro Nuno Santos ou por José Luís Carneiro, a não cumprir qualquer compromisso europeu? A Europa só aceita políticas centristas (viu-se com o Syriza no poder na Grécia). Achar que vem aí a revolução com Pedro Nuno Santos é um argumento para “épater les bourgeois”. Simplesmente, a revolução é impossível e o “esquerdista” acabará centrista como todos os membros da ala esquerda que o precederam”.

Nem Coca-Cola nem Pepsi-Cola!

A conclusão da jornalista tem um óbvio defeito de lógica, desculpável apenas por ela achar, muito provavelmente, que “a revolução é impossível” de modo geral. Na verdade, o desfecho lógico e rigoroso do seu muito correcto raciocínio é este outro: “Simplesmente, sem romper com a Europa da UE, a revolução é impossível”.

Mais: sem romper com o espartilho sufocante da UE (que esta se prepara, aliás, pa-

ra apertar ainda mais com os projectos de reforma da “governança económica” da União que estão a correr nos bastidores de Bruxelas), não é só a “revolução” que é impossível: é a mais pequena medida de protecção dos interesses de quem trabalha; é a defesa do SNS; é a defesa da escola pública; é o direito à habitação; é o aumento dos salários pelo custo de vida; são todos os direitos de Abril, mesmo os mais elementares.

● que ilumina a verdadeira natureza da crise política que vivemos.

Marcelo não dissolve a Assembleia por falta de “estabilidade”: há lá, afinal, uma maioria absoluta. Nem dissolve por não gostar das políticas do PS e do seu agora ex-, ou de um eventual futuro primeiro-ministro. Marcelo fez afinal questão de torturar a Constituição para só dissolver formalmente o parlamento depois de este aprovar o orçamento de Costa para 2024.

Marcelo dissolve porque tem medo que um novo primeiro-ministro do PS fosse demasiado fraco para resolver o que Costa não conseguiu resolver: derrotar definitivamente os professores, médicos, funcionários judiciais e os trabalhadores em geral, que se revoltam como podem contra a imposição da austeridade eterna e a destruição dos seus salários e direitos a bem dos lucros astronómicos dos bancos e grupos económicos.

Marcelo sabe que Costa ou quem for o seu sucessor, seja ele Carneiro ou “Pedro Nuno”, ou mesmo Montenegro com ou sem Ventura, se limitarão a aplicar a “cola”, mais “coca” me-

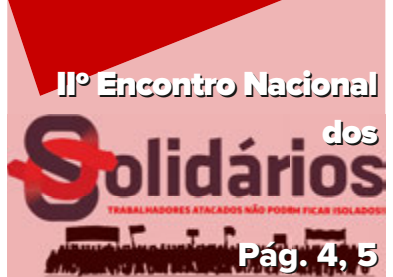
Continua na página seguinte

política



A Crise Terminal
do Governo Costa
e a Posição
da Classe Trabalhadora
Pág. 2

luta de classes



IIº Encontro Nacional
dos
Solidários
Pág. 4, 5

conferência

Internacional
pela Reconstituição
da IVª Internacional,
pelo Partido Mundial
da Revolução
Socialista



Pág. 6, 7

editorial

Continuação da página anterior

nos "pepsi", da Comissão Europeia.

Marcelo sabe também que, à "esquerda", as direcções do BE e PCP sentem profundo horror a qualquer ideia de ruptura com a NATO e a União Europeia — e, com sobejas provas dadas durante a "geringonça", ajudariam zelosamente, também elas, a aplicar a política "Coca-Cola/Pepsi-Cola".

Já no ponto de vista dos trabalhadores, do

público como do privado, cujo poder de compra e direitos têm baixado nos últimos vinte anos, e mais ainda desde que recomeçou a inflação, a saída não está em votar e esperar pela Coca ou Pepsi.

Parafraseando um dos slogans vazios usados pela direcção do Bloco de Esquerda, que quer "levar a sério o país" como se este não se dividisse em classes antagónicas, a tarefa, para quem queira "levar a sério" uni-

camente os interesses dos trabalhadores e as exigências elementares referidas mais acima, é ajudar a recompor as forças do movimento operário com um novo eixo, no terreno político e sindical. Um pequeno, mas importante passo, foi dado no 2º Encontro Nacional dos Solidários, no final de Outubro (ver pág. 4). **Reagrupar forças e militantes para construir um partido de classe dos trabalhadores é a ordem do dia.**

política



A Posição da Classe Trabalhadora Face à Crise Terminal do Governo Costa

1. Os elementos centrais da crise política são fáceis de resumir.

- O ministério público anunciou suspeitar de crimes de corrupção, prevaricação e outros que implicam membros dos mais altos níveis da administração do Estado, incluindo ministros. O próprio primeiro-ministro é objecto de inquérito. Em causa: a distribuição de subvenções de milhões das chamadas "transição verde" e "transição digital" da União Europeia/PRR a empresas privadas, em particular a que está a montar um centro de dados em Sines.
- Em consequência, o primeiro-ministro demitiu-se e o presidente da República aceitou a demissão.
- Apesar de as disposições constitucionais implicarem a nomeação de outro primeiro-ministro saído do partido detentor de maioria absoluta no parlamento, o presidente decidiu antes dissolver a Assembleia da República e convocar eleições legislativas antecipadas. Teve, nisso, o apoio expresso de todos os partidos, com excepção do PS.

2. No ponto de vista dos trabalhadores, são os seguintes os pontos que realmente interessam:

- Se o passado algo ensina, os inquéritos do ministério público não chegarão a conclusões antes de anos. E — até por isso — não constituem matéria da "justiça independente". São, sim, parte do processo político. A abertura deste inquérito no momento actual obedece, independentemente da plausibilidade das suspeitas, a jogos e choques políticos nas cúpulas das instituições e da classe dominante, cujos pormenores são, naturalmente, desconhecidos do público em geral.
- Porque uma coisa é cada vez mais clara para cada vez maior número de trabalhadores: o que é intrinsecamente corrupto é o processo de pilhagem e subordinação do país, do seu desenvolvimento e dos seus investimentos estratégicos à União Europeia, uma "união" que é, no fundo, um conjunto de tratados e instituições que exprimem e representam os interesses do capital financeiro e das bolsas internacionais, em particular os interesses da potência tutelar, os EUA, e que está fora do alcance e do controle dos povos dos países membros da mesma UE e de quaisquer instâncias por eles democraticamente eleitas.

• A ideologia "liberal", que preside a estas políticas e práticas, diz que a melhor maneira de alcançar o "bem geral" da sociedade é cada um prosseguir o seu próprio interesse privado. Logicamente, quem tem acesso a decisões sobre recursos tem todo o incentivo para tirar todo o proveito que puder da posição, política ou de qualquer natureza, que ocupe.

• E esse é, de facto, o fio condutor do processo geral de saque da economia nacional sob administração da União Europeia. Assitimos há décadas a como se enchem os bolsos do capital financeiro nacional e internacional aos milhares de milhões de cada vez e se empobrecem constantemente os trabalhadores: dos submarinos de Portas às dezenas de milhar de milhões dados aos grandes accionistas da banca falida, culminando na entrega do BES ao fundo abutre texano para pilhar o orçamento do Estado durante anos a fio; da primeira privatização da TAP à sua renacionalização e agora à sua segunda privatização ao desbarato; da entrega da Groundforce a um abutre local, que a sugou até à falência, à sua entrega gratuita, agora, a abutres do Kuwait e à entrega da Efacec a um fundo abutre alemão por uma ninharia. O processo geral de pilhagem e corrupção ocorre sem cessar, por vias legais e ilegais. Todos os trabalhadores o sabem.

3. Aos trabalhadores e a quem defende os seus interesses não interessa especialmente a distinção entre os "criminosos" que enchem os bolsos na pilhagem do país e os "honestos" que se limitam a administrar a pilhagem do país por convicção ideológica e, agora, pagam algum preço (geralmente pequeno) pelos crimes dos que pilham avidamente sob a sua tutela. Uns e outros são os agentes da destruição do país e da vida do povo trabalhador.

E a distinção entre uns e outros só se saberá, se se souber, dentro de anos.

4. Em contrapartida, está mais do que dada a prova de que não há qualquer saída democrática no contexto da subordinação ao regime corrupto e anti-popular do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia, de subordinação ao regime do capital financeiro mundial — o mesmo regime de guerra e destruição que agora pratica o genocídio do povo palestino e a destruição de países inteiros no Leste da Europa.

5. É tempo de todos aqueles e de todos os partidos que reivindicam defender os interesses do povo trabalhador declararem que estão dispostos a romper com a ditadura da dívida, dos tratados, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia e prontos para formarem um governo que com eles rompa, que exproprie o grande capital financeiro e a banca privada, organize um orçamento consagrado à recuperação do serviço nacional de saúde e do ensino público, aumente de imediato os salários de modo a restaurar o poder de compra de todos, exproprie os fundos imobiliários especuladores e organize a imediata atribuição de condições de habitação dignas a todos os trabalhadores, e ponha em marcha um plano de investimento público que responda às necessidades dos trabalhadores e do país.

Se o declararem e fizerem, terão o apoio da esmagadora maioria da classe trabalhadora, daquela mesma que, há cinquenta anos, varreu a ditadura e proclamou Abril.

política

A Miserável Comédia do Orçamento 2024

Em 2015, os eleitores escarraram a troika e a sua política de agressão e destruição dos salários, pensões, direitos e emprego. Fizeram-no como lhes era possível no terreno eleitoral: elegendo uma larga maioria de deputados de partidos saídos do movimento dos trabalhadores (PS, PCP, BE).

Esta maioria eleitoral confirmou-se em 2019 e 2021, apesar das crises constantes e do fim da inicial “geringonça” — e apesar de, desde 2015, no essencial, os governos PS+ terem continuado as políticas de austeridade da troika, com pequenas adaptações e muita prestidigitação. Praticaram, em particular, um desinvestimento público radical, que tem levado à liquidação progressiva do serviço nacional de saúde, do ensino público e do direito à habitação.

A demissão do governo Costa suscitou muitas interrogações. Se a sua causa próxima foi o inquérito criminal ao primeiro-ministro anunciado pela Procuradoria-Geral, associado à investigação de alegados crimes de corrupção e similares de personagens da roda próxima do chefe do governo (alegações entretanto, em parte, invalidadas pelo juiz de instrução), muito se especula com as intenções e o papel do Presidente da República no caso. Marcelo é conhecido há muitos anos como o maquiavel de serviço das elites económicas e políticas do país.

As manobras foram aos montes. Assim, nos termos da Constituição, não havia qualquer razão para dissolver a Assembleia da República. Saindo Costa por razões aleatórias, um substituto do seu partido, com maioria absoluta em São Bento, em nada mudaria a “estabilidade institucional” tão prezada pelo presidente.

Apesar disso, Marcelo decidiu dissolver. E ainda se deu ao

requisito de só “formalizar” a demissão e dissolução na data que desse jeito para, antes, garantir a aprovação do projecto de orçamento para 2024... do mesmo governo que demitia!

Entendamo-nos: este paradoxo não tem que ver com o orçamento em si. Este agrada obviamente a Marcelo, porque continua com a redistribuição do trabalho para o capital, organiza mais ataques aos direitos e salários dos trabalhadores e garante a distribuição do maná do PRR pelos grandes grupos económicos.

Também a Comissão Europeia se pronunciou com clareza: “O ponto de partida de Portugal em termos orçamentais é positivo” (*Público*). A Comissão deixou, no entanto, críticas ao “carácter expansionista” do orçamento: queria que se cancelassem as “medidas de apoio no sector da energia e [se pusesse] maior foco na eficiência da despesa pública e na absorção dos fundos comunitários e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)”. Chateia a Comissão que a população não seja exposta ainda mais radicalmente aos impactos da crise, nomeadamente na habitação e energia, libertando capitais para pagar mais depressa a dívida à banca internacional! (note-se, de passagem, que, segundo a ortodoxia económica, o orçamento não só não é expansionista, como é de extrema austeridade, já que gera um excedente primário de uns 3% do PIB...).

No final de Novembro, assiste-se, assim, a uma curiosa comédia: o orçamento, que já não é de Costa, é de Marcelo/Bruxelas, aprovado com os votos a favor do demitido PS e contra do PSD — do mesmo Marcelo. E, a seguir, executado pelo governo de um ou do outro, acolitado pela geringonça de aliados que calhar segundo o resultado das urnas.

luta de classes



No passado dia 17 de Novembro, os trabalhadores do BNP Paribas SA realizaram um plenário de trabalhadores híbrido, presencial/remoto e segundo os turnos. Foi expressão da democracia entre os trabalhadores do banco, como há anos não se via.

A comissão de trabalhadores eleita em junho de 2023 estava determinada a fazer o que está previsto nos estatutos. Reuniu 1300 trabalhadores, entre a manhã e a tarde, num plenário à altura dos tempos modernos. Levou-se em conta o teletrabalho e as novas ferramentas a que ele empurra. Considerando também o formato híbrido do trabalho do banco e a falta de prática de plenários, pôs-se à disposição uma opção de participação e presença digital.

O processo foi trabalhoso, mas coroado de êxito. Conseguiu-se propor uma resolução que foi aprovada no plenário das duas maneiras. A resolução ressoa com reivindicações que, olhando para o acordo colectivo de trabalho dos bancários, podem parecer velhas, mas são novas para a realidade dos trabalhadores do BNP, que não são abrangidos por aqueles acordos.

Os trabalhadores querem uma semana de trabalho de 35 horas, como em França e nos outros bancos em Portugal. Propôs-se um aumento anual de 1000 euros para os salários mais baixos e medidas reais para alterar o custo de vida dos trabalhadores, como o preço das cantinas e a possibilidade de o empregador subsidiar esse benefício.

O BNP Paribas, francês, é um dos maiores bancos da Europa e do mundo. Embora não esteja presente em Portugal com balcões de retalho para o público em geral, emprega mais de 8.000 trabalhadores, nomeadamente em trabalho de “back office” para o grupo, explorando as diferenças salariais relativamente a outros países. As condições salariais e de trabalho em muitos casos nem sequer são equivalentes à banca com actividade nacional. “O Trabalho” esteve presente num plenário de trabalhadores do banco.

Exigiu-se um incentivo à mobilidade verde, mas que caísse, na totalidade, fora do salário e não como mera escolha dentro dos planos e benefícios oferecidos pelo banco. Isto, entre outras propostas e reivindicações importantes, já implantadas noutras instituições bancárias, como tabelas salariais e transparência no reconhecimento do desempenho e bónus.

É importante vincar que os plenários são a forma privilegiada de expressão democrática dos trabalhadores, em tempos de trabalho em casa. Não podemos perder de vista estas práticas reivindicativas. É preciso reinventar as ferramentas, para que o poder colectivo se manifeste na força e na expressão colectiva, seja na forma presencial, digital ou ambas.

Realizou-se no passado Sábado, 28 de Outubro de 2023, o IIº Encontro Nacional dos "Solidários!", na Fábrica de Braço de Prata em Lisboa.

O Encontro teve a presença de mais de cinquenta delegados, com ligação remota a alguns camaradas impossibilitados de comparecer fisicamente.

Os trabalhos permitiram uma troca de experiências e uma discussão fecunda e fraterna sobre o balanço das nossas actividades nos dois anos desde o Encontro de fundação do movimento e as nossas perspectivas para o futuro.

O Encontro designou uma Comissão Coordenadora, que encarregou de levar avante as tarefas para o futuro indicadas na resolução, designadamente a criação de um jornal em linha, voz do movimento dos trabalhadores, independente do Estado e do patronato.

Resolução adoptada pelo IIº Encontro Nacional dos "Solidários!", que reuniu activistas e dirigentes sindicais, laborais e sociais, nomeadamente do STAD, STCC, CESP-CGTP, Sindicato dos Bancários/MAIS, SITEMA, vários sindicatos de professores, SNTCT, SNPVAC, STGSSP, STASA, Site-Sul, CT do SIMAR, CT do Hospital de Braga, sub-CT dos CTT, CT da SPdH / Groundforce, CT da AutoEuropa/VW, CT do BNP Paribas, CT da Parques de Sintra, CT das Alfândegas, Associação Nacional Cuidadores informais (ANCI)

Considerando

- **a situação de guerra** em alastramento no mundo e de guerra social crescente, na Europa e em Portugal, contra os salários, o emprego e os direitos, que ameaça gravemente os povos, os trabalhadores e a juventude;
- **a contínua perda, desde há mais de vinte anos, do poder de compra de quem trabalha**, empurrando a população para a pobreza e a juventude para a emigração, enquanto aumentam continuamente os lucros da banca e dos grandes grupos económicos;
- **a política de contínuo desinvestimento público**, que ameaça de morte o SNS, o ensino público, a segurança social e todos os serviços públicos que constituem o salário colectivo da população trabalhadora;
- **o abandono da habitação à selva da especulação privada internacional**, com aumentos incomportáveis das rendas e dos juros das hipotecas, impedindo os jovens de aceder à habitação, expulsando os trabalhadores para periferias a horas de distância do trabalho e obrigando os trabalhadores imigrantes a viverem em condições indignas;
- **a insistência nesta mesma política na proposta de Orçamento do Estado para 2024**, que, obedecendo às imposições da UE, dá milhões ao capital e tira ao trabalho;
- **os ataques crescentes ao direito à greve e às liberdades democráticas**, com o recurso cada vez mais abusivo aos "serviços mínimos" e à intimidação dos grevistas.

Os activistas sindicais, laborais e sociais reunidos em encontro nacional dos "Solidários" neste dia 28 de Outubro de 2023, na Fábrica de Braço de Prata, em Lisboa, reafirmam que é necessária e possível outra política e tomam as seguintes posições e resoluções:

1. reivindicar **o aumento geral dos salários**, superior à inflação, que recupere integralmente o poder de compra perdido, assim como **reforma mínima** igual ao salário mínimo nacional;
2. reivindicar a **indexação automática de todos os salários à inflação**;
3. exigir o **fim da caducidade dos contratos colectivos**, a reposição integral do princípio do tratamento mais favorável e a revogação de toda a restante legislação antilaboral e pró-precariedade integrada no Código do Trabalho;
4. exigir o **congelamento das rendas e a reversão dos aumentos dos juros das hipotecas**, assim como a imediata tomada de **controle público do parque imobiliário devoluto** dos fundos de especulação imobiliária, realizando o direito à habitação para todos;
5. exigir o **fim das políticas de privatização** e entrega de empresas estratégicas, que representam grande parte do tecido económico do país, a fundos e capitais abutres;

Continua na página seguinte



dos "Solidários!"

Continuação da página anterior

6. **saudar e apoiar as grandes lutas pelos salários e direitos** dos professores, dos ferroviários, dos médicos, dos trabalhadores da TAP e do sector da aviação, dos funcionários judiciais, da GALP, dos transportes e telecomunicações, dos supermercados, da AutoEuropa, das plataformas, do grupo IP e de todos os outros sectores, que mostram a vontade da classe trabalhadora em se defender e tomar o seu destino nas próprias mãos;
7. **saudar igualmente a grande luta dos operários americanos do automóvel** e as lutas dos trabalhadores de todo o mundo, assim como a resistência dos trabalhadores nos países entregues à voragem da guerra imperialista, nomeadamente do povo palestino, barbaramente dizimado em Gaza.

Considerando que os tempos que se avizinham exigirão a máxima unidade e solidariedade dos trabalhadores na luta contra o capital e os governos e instituições ao seu serviço, os hoje aqui reunidos decidem ainda:

- constituir uma **"Comissão Coordenadora dos Solidários"**, que integre activistas laborais, sindicais e sociais, para levar avante o trabalho de apoio à coordenação das lutas e greves na perspectiva de uma frente de resistência unida dos trabalhadores, com as suas organizações representativas, pela defesa intransigente do emprego com direitos e salários dignos, nomeadamente pelo fim das "rescisões por mútuo acordo"; pelo acesso pleno e gratuito à saúde com um SNS universal e de qualidade, pelo direito de todos a habitação digna, pela defesa do ensino público e gratuito e pela gratuidade da justiça laboral, nomeadamente com continuidade do pagamento do subsídio de desemprego durante processos;
- encarregar esta comissão coordenadora de assegurar um **funcionamento regular dos "Solidários"** em todos os planos e promover a construção de redes de unidade e solidariedade eficazes que ajudem os trabalhadores de todos os sectores a enfrentar e reverter a situação descrita;
- encarregar a comissão coordenadora, nomeadamente, de desenvolver e concretizar o **projecto de um jornal em linha** que possa servir de voz do movimento dos trabalhadores, inteiramente independente do capital e do Estado, para troca de informação, experiências e opinião dentro do movimento dos trabalhadores, permitindo ajudar a unir e coordenar as lutas e desenvolver o debate e o conhecimento das raízes da exploração capitalista e do seu constante agravamento enquanto o capital mantém o poder, assim como das razões da constante reversão de todas as conquistas parciais – e, consequentemente, da necessidade de transformação radical da sociedade. O seu princípio será simples: defender os interesses dos trabalhadores – e só dos trabalhadores, sem contemplação dos interesses do patronato e do Estado que lhe obedece, até "pertencer ao povo o que o povo produzir";
- apelar a todos os trabalhadores, sindicatos e movimentos para transformarem **o dia 29 de Novembro, dia da votação do orçamento, num dia de luta e protesto geral, de greve e manifestações que convirjam para a Assembleia da República**, exigindo a rejeição do OE para 2024.

A comissão coordenadora será constituída pelos quatro signatários da convocação do Encontro, mais um representante das direcções do SITEMA, do STASA, do STCC, do STGSSP, do SNPVAC, do MUDAR/MAIS e da Casa Sindical.

Lisboa, 28 de Outubro de 2023

Médicos em luta contra a destruição do SNS e pelos seus direitos

Os médicos lutam por aumentos salariais que reponham o seu poder de compra onde estava há vinte anos e por horários de trabalho compatíveis com a vida.

Facto curioso: os médicos não precisaram de fazer nenhuma greve. Limitaram-se, organizados em redes de comunicação colectivas, a assinar, um a um, um papel a dizer que iriam continuar a trabalhar como sempre e a prestar as horas extraordinárias a que a lei os obriga – mas não mais...

Resultado: colapso geral do sistema!

Como referia o DN em 27 de Novembro, o *"Ministro da Saúde reconhece que o sistema está dependente de milhões de horas extraordinárias"*.

A luta dos médicos ilustra poderosamente o estado a que os sucessivos governos têm reduzido o SNS: crise crónica, desinvestimento deliberado e sistemático.

Sem os médicos a trabalhar 12 horas por dia e mais, nada funciona — porque não há médicos suficientes e porque a má paga, por um lado, e os contratos milionários do Estado com o sector privado, por outro lado, empurram constantemente o pessoal de saúde para o privado, num círculo vicioso em que o orçamento do SNS aumenta, mas cada vez mais dinheiro vai para contratos externos, tarefeiros fornecidos por agências, exames e cirurgias terceirizados, que custam o dobro ou o triplo...

Aconteceu recentemente no Hospital Amadora/Sintra haver um único médico para 600 doentes (não é caso único); serviços encerram durante a semana ou ao fim de semana (obstetrícia, ginecologia, pediatria...); desprogramam-se sistematicamente consultas e cirurgias.

Nada disto é por acaso. O antigo minis-

tro das finanças de Costa, Centeno, agora governador do Banco de Portugal e zeloso aguadeiro das ordens de Bruxelas, publicou, para governo do governo, uma instrução clara para o orçamento: reduzir a despesa permanente! Tudo menos empregar pessoal no quadro permanente! (ver O Trabalho nº 31-32).

Tão-pouco é só em Portugal. A UE impõe políticas de destruição dos sistemas públicos de saúde em todos os países. Tem havido greves significativas no sector em Inglaterra, França, Espanha...

O perdido ministro Pizarro não sabe o que mais há-de fazer. Como escreveu a jornalista Ana Sá Lopes à sua maneira (ver editorial): sem romper com o espartilho da União Europeia, não é possível defender a saúde dos trabalhadores, a vida dos médicos e enfermeiros, os direitos de Abril.

Conferência Internacional pela Reconstituição da IVª Internacional, pelo Partido Mundial da Revolução Socialista

França, 3, 4 e 5 de Outubro de 2023

AOS TRABALHADORES E JOVENS QUE, EM TODOS OS CONTINENTES, LUTAM CONTRA A GUERRA E A EXPLORAÇÃO, PELA EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES E DOS POVOS

1. Reuniu-se nos dias 3, 4 e 5 de Novembro, em França, uma “conferência internacional pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista”. Nela participaram: delegações de 32 países, representando grupos e organizações filiados no CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional); e, igualmente, grupos e militantes, que, sem pertencerem ao CORQI, estão empenhados na luta contra o capitalismo, contra o imperialismo, contra a guerra e que participaram livremente nos nossos debates (delegações de sete outros países viram-se impedidas de participar nas nossas discussões pela recusa do governo francês em conceder-lhes vistos de entrada).

2. Reunimo-nos quando o povo palestino é esmagado sob um tapete de bombas em Gaza. A cada dia, contam-se por centenas as novas vítimas. O Estado de Israel, militar, política, económica e diplomaticamente apoiado pelo imperialismo americano e pelas outras potências capitalistas, não esconde o objectivo que pretende alcançar: organizar a segunda Nakba, isto é, além de continuar o massacre, expulsar os dois milhões e trezentos mil palestinos da faixa de Gaza.

3. O CORQI tomou posição a seguir ao 7 de Outubro: “É emocionadamente que os trabalhadores, os jovens e os povos do mundo choram os milhares de vítimas civis, em particular os jovens e crianças brutalmente arrancados à vida, em Israel e em Gaza. “É a guerra”, proclamou o primeiro-ministro israelita Netanyahu. Na realidade, há setenta e cinco anos que a guerra devasta a região, não começou a 7 de Outubro de 2023. Há setenta e cinco anos que o povo palestino é expulso da sua terra, escoraçado das suas aldeias, tem as suas casas destruídas. Há setenta e cinco anos que lhe é negado o direito de retorno e se confronta com uma colonização que devora cada vez mais terra palestina. Porém, apesar de submetido a um verdadeiro regime de apartheid, feito de discriminação, opressão e humilhação, ele nunca deixou de resistir e de lutar.”

4. Depois de reivindicar “a guerra”, Netanyahu afirma o seu propósito de prolongar a guerra de 1947, anunciando que “isto é só o princípio”. É dever imperioso de todos os trabalhadores, de todos os jovens, de todos os militantes, de todos os defensores da liberdade e da democracia porem-se ao lado do povo palestino e lutar pelo fim imediato do massacre. A mobilização que se iniciou em todos os continentes e em todos os países deve prosseguir e ampliar-se, impondo o mais rapidamente possível o fim dos bombardeamentos

israelitas e o levantamento do bloqueio, já responsáveis por quase 10.000 vítimas e que, pela privação de água, alimentos e medicamentos, se arriscam a provocar dezenas de milhar mais. Nada pode justificar transformar Gaza num “ossário a céu aberto”, para citar os termos do vice-presidente dos Médicos Sem Fronteiras. Fim dos bombardeamentos, fim da intervenção aérea e terrestre, levantamento do cerco, eis a causa comum de todos os que defendem a democracia e a humanidade.

5. Mas não é tudo: todos os militantes, trabalhadores e jovens amantes da liberdade, da justiça e da democracia sentem a obrigação de apoiar o direito do povo palestino à autodeterminação e a regressar à sua terra, o direito à liberdade e o direito à vida. Nada pode justificar que um povo não tenha direito a viver. Os horrores produzidos pelo regime capitalista com as atrocidades cometidas contra os judeus pelos nazis durante a Segunda Guerra Mundial não podem justificar o horror perpetrado pelo Estado de Israel contra o povo palestino. Um genocídio não justifica outro genocídio; o extermínio do gueto de Varsóvia em condições atrozes não justifica hoje a liquidação do gueto de Gaza. A criança judia que levanta os braços ante os soldados nazis em Abril de 1943, nos últimos dias da heróica insurreição do gueto de Varsóvia, não serve de justificação para a criança palestina esmagada pelas bombas israelitas em 2023.

6. Há 75 anos que a partição da Palestina imposta pela ONU, passando por cima do povo palestino, é fonte do sofrimento infligido ao povo palestino, condenado a uma errância eterna e a uma repressão sem limites. Sofrimento que acaba por se repercutir também na população judia, que paga pelas consequências da situação em que o projecto sionista a coloca. Combater a barbárie não equivale de maneira nenhuma a alimentar o anti-semitismo – que há que combater. É, bem pelo contrário, encontrar uma solução positiva para as componentes judaica e árabe que vivem na terra da Palestina. São cada vez mais numerosas – embora ainda minoritárias – as vozes que, tanto nas populações árabes palestinianas como nas populações judias que vivem nas fronteiras de 1947, se erguem em defesa de outra perspectiva: a de que judeus, árabes, cristãos, muçulmanos e ateus possam viver com igualdade de direitos e deveres num Estado assente nos princípios da democracia, numa Palestina laica, democrática e independente em todo o território histórico da Palestina. Seja por que caminho for, é a única solução para pôr fim de vez à situação gerada há 75 anos.

7. Todos os governos das potências oc-

dentais, incluindo o governo americano, reivindicam a aplicação das resoluções da ONU. Será preciso lembrar que a dramática situação da Palestina é fruto da votação da resolução nº181 da ONU, que determinou a partição, em 29 de Novembro de 1947? Será preciso lembrar que esta resolução instituiu um Estado judeu exclusivo e negou ao povo palestino o direito de ser componente do Estado na sua terra? Foi a ONU que, estribada num acordo entre as potências capitalistas e a União Soviética, então dirigida por Stalin, tornou possível a Nakba de 1948, a expulsão definitiva de 800 mil palestinianos das suas terras, dos seus campos, das suas habitações. Tudo o que se passou depois foi fruto dessa votação de 1947.

8. A ONU é a partição da Palestina. A ONU não pode ser a solução. Se bem que todos dela se reclamem, Israel, os EUA, mas também todos os dirigentes dos partidos de esquerda e várias organizações que dizem que são “amigos do povo palestino”, nós dizemos aos trabalhadores e aos jovens que “desconfiem de quem vos manda reivindicar as resoluções da ONU”. Das 81 resoluções adoptadas pela ONU sobre o Médio Oriente desde 1947, a única que teve aplicação foi a que permitiu aos sionistas constituir um Estado reservado exclusivamente aos judeus. Todas as outras resoluções, incluindo todas as que apelavam à restituição de territórios ocupados ou à moderação da colonização, nunca foram aplicadas. Citando a fórmula de Lenin, que ele usou a propósito da Sociedade das Nações, sua antepassada, a ONU mais não é do que uma “caverna de bandidos”, já que a sua função consiste em permitir que os “bandidos” capitalistas de toda a espécie (antes conluídos com os bandidos burocratas contra-revolucionários estalinistas, agora metamorfoseados em bandidos oligarcas do Kremlin) se entendam entre eles. A ONU não é uma organização internacional garante da paz, é uma organização internacional garante da liberdade dos Estados capitalistas para actuarem segundo os seus interesses.

9. A solução positiva do drama que a Palestina vive na carne há três quartos de século só pode vir da aplicação da perspectiva formulada já em 1947 pela IVª Internacional e pela sua secção palestina: a Constituinte palestina, que reúna, em igualdade de direitos, as suas componentes judias e árabes em todo o território histórico da Palestina. Se quisermos ser fiéis à verdade, temos de notar que a perspectiva de uma Palestina laica e democrática – consignada na Carta Nacional Palestina de 1968 – esteve na origem de todas as componentes do movimento nacional palestino. Foi depois abandonada sob pressão do

imperialismo e dos regimes reaccionários árabes. Exactamente como, a seguir ao desmoronamento da URSS, todas as direcções oficiais do movimento operário abandonaram – não só na prática, também em palavras – a perspectiva do socialismo e, portanto, da abolição do regime de propriedade privada dos meios de produção. Para vencerem, os trabalhadores vão ter de (re)constituir partidos e uma Internacional que voltem a levantar plenamente, em palavras e actos, as posições que fundaram o movimento operário na origem: ruptura total com a burguesia, apropriação colectiva dos meios de produção. É esta a perspectiva que importa relevar nas lutas de classe – e a luta de classes está bem viva.

10. Se a barbárie desaba sobre o povo palestino em Gaza e na Cisjordânia, é, também, porque, apesar das derrotas, apesar dos massacres, apesar dos reveses sofridos, nos últimos 75 anos, a revolução palestina nunca renunciou. Geração após geração, o povo palestino luta sem descanso pelos seus direitos, pelo direito ao retorno, pelo direito à reparação da terrível injustiça que lhe foi infligida com a partição e na primeira Nakba. A revolução palestina, a sua continuidade nos últimos 75 anos, é parte integrante dos processos revolucionários pelos quais, em todos os continentes, os povos, em particular os trabalhadores, se levantam pelas suas reivindicações. No período mais recente, disso deram conta os delegados à nossa conferência, assistimos a greves maciças no sector automóvel e do espectáculo nos Estados Unidos; a greves maciças nas empresas da China, apesar da proibição de organizações sindicais; a greves mais limitadas, mas tão significativas, dos trabalhadores na Rússia, em plena guerra e apesar dela; assistimos ao levantamento dos povos no Egipto e na Argélia; na África Ocidental, assistimos à mobilização popular contra a presença colonial francesa, exigindo o seu termo; assistimos à greve de dezenas de milhares de operários têxteis no Bangladesh. À barbárie capitalista contrapõe-se a mobilização legítima dos trabalhadores e dos povos pelos seus direitos. Esta arranca, por vezes, reivindicações. Também pode suceder as mobilizações operárias não serem coroadas de êxito. Ainda assim, todas estas lutas reflectem a realidade da luta de classes. Luta de classes esta, em cujo contexto os oprimidos e explorados reatam repetidamente o caminho da luta contra os exploradores e os seus governos.

11. O futuro da humanidade está nas mãos da classe operária. O imperialismo decomposto atenta contra os direitos democráticos, incluindo os direitos de manifestação e organização, em todo a parte. Em todo o lado,

a roda da história está a andar para trás em matéria de direitos adquiridos pelas mulheres trabalhadoras e do direito à instrução da nova geração. Em toda a parte há ataques à independência adquirida pelos povos, assim como à igualdade formal conseguida pelos negros dos Estados Unidos. Chegou-se mesmo ao ponto de, nos últimos anos, as antigas potências coloniais e o imperialismo decretarem o bloqueio total, primeiro, do Mali, depois, do Níger. Lutando pelo seu direito de organização, pelas liberdades democráticas, pelo direito das mulheres trabalhadoras, pela soberania das nações, pela oposição aos recuos sociais, a classe operária, o movimento operário, aliado a todas as camadas oprimidas da sociedade, choca contra o regime capitalista, contra o sistema de propriedade privada dos meios de produção. Esta resistência operária opõe-se ao plano inclinado em que se movem as potências capitalistas, o plano da generalização da guerra, da marcha para a terceira guerra mundial, que só a ampliação da mobilização da classe operária internacional poderá impedir.

12. Pelo nono ano consecutivo, as despesas mundiais de armamento sofrem um aumento considerável: em 2023, gastaram-se com a guerra 2,5 biliões de dólares – 40% desse total só nos Estados Unidos! É uma cornucópia da abundância para os mercadores de canhões e para a indústria militar. Para os povos, as consequências são aterradoras, pois o armamento, produzido em constante progressão, tem de ser consumido, como todas as mercadorias em regime capitalista. Consequentemente, as guerras alastram. Do mesmo passo, os orçamentos dos Estados afastam cada vez mais verbas das necessidades do povo e dos serviços públicos para poder alimentar a guerra. É uma verdade particularmente certa no contexto da guerra provocada na Ucrânia. Esta guerra foi desencadeada, há cerca de dois anos, por Putin, representante dos oligarcas russos, esses multi-milionários cujas fortunas se fizeram no saque da propriedade do Estado. Mas rapidamente ela mostrou ser o que realmente é: uma guerra, na realidade, entre o imperialismo americano e a Rússia, uma guerra em que a NATO serve de instrumento do imperialismo americano para determinar o roteiro por que se hão-de pautar todos os Estados capitalistas seus aliados. Os militantes que se batem pela reconstituição da IVª Internacional têm avançado, desde os primeiros dias da guerra, a palavra de ordem “Nem Putin, nem Biden”, “Tropas russas fora da Ucrânia, tropas da NATO fora da Europa”. Têm igualmente apelado à retirada de todas as tropas que mantêm a ordem neocolonial, nomeadamente as tropas francesas em África.

13. O imperialismo arrasta a humanidade para a barbárie. Aspectos significativos de barbárie chegaram já, com estas guerras que se generalizam. As ameaças contra a China, que os capitalistas americanos querem submeter completamente às suas necessidades, poderão acabar numa guerra que arraste a humanidade para uma conflagração que ameace a sua simples existência. Outro tanto gravíssimas são as ameaças que pesam sobre o ambiente, porquanto os capitalistas estão determinados a perseguir sem vergonha o lucro, sejam quais forem as consequências, potencialmente dramáticas para a humanidade. Do mesmo passo que as especulações financeiras permitem aos capitalistas acumularem lucros sem precedentes, a degradação da situação de milhares de seres humanos atinge proporções nunca vistas: a fome grassa, alastram epidemias, desenvolve-se a insegurança, Estados inteiros desfazem-se e desaparecem ou são entregues a bandos armados financiados pelas multinacionais que almejam as riquezas dos seus sub-solos. Dezenas de milhões de pessoas são atiradas para os caminhos do exílio, milhares delas neles perecem todos os anos. Num pólo, decomposição da sociedade; no outro, acumulação de riquezas imensas: eis a ilustração dramática do beco sem saída em que se encontra o sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção.

14. À marcha para a barbárie nós contrapomos a luta pelo socialismo, pelo controle da produção pelos próprios produtores, pondo, assim, a economia ao serviço das necessidades da humanidade, do seu desenvolvimento e da defesa do ambiente, em vez da busca do lucro por conta da minoria de exploradores – o que exige lutar para abrir caminho a governos da classe trabalhadora, governos de paz, não de guerra.

15. Nesta via, os trabalhadores deparam-se com a recusa dos dirigentes das organizações que se reclamam dos interesses operários e populares em romper com a ordem capitalista. É um facto que os dirigentes dos partidos comunistas e dos partidos socialistas que há décadas aderiram àquilo a que eles chamam a “economia de mercado” se recusam obstinadamente a enveredar pela ruptura com a ordem capitalista. Quando participam em governos, é para aplicar os planos capitalistas ditados pelo FMI, pela UE, pelo Banco Mundial em nome do pagamento da dívida ilegítima e dos respectivos juros. Não se pode deixar de observar que também as formações políticas que, nascidas mais recentemente, mostraram

Continua na página 9

argentina

Eleição de Milei com um programa de guerra civil contra os trabalhadores

Acaba de ser eleito presidente da Argentina Javier Milei, personagem de extrema-direita que se auto-intitula “anarco-capitalista”. Os primeiros a felicitá-lo foram Trump e Bolsonaro, em cujas pegadas Milei se move.

Nas eleições de 2019, o novo partido “libertário” de Milei tivera 1,47% dos votos. Meros quatro anos depois, obteve 56%. O seu adversário vencido foi o peronista Sergio Massa.



Provocador e grosseiro, Milei apresentou-se nos seus comícios com uma moto-serra, simbolizando o corte a eito que prometia “do Estado” (mais exactamente, das despesas sociais), no valor de 15% do PIB. Prometeu abolir 10 dos actuais 18 ministérios, levantar todos os controles de preços e câmbios, abolir todos os subsídios, privatizar os cuidados de saúde, a educação e as pensões, privatizar empresas estatais, criminalizar o aborto. Abolir, ainda, o Banco Central e dolarizar a economia – sujeitando-a directamente ao imperialismo americano – e romper com os “governos comunistas” do Brasil e da China... A mensagem foi bem recebida em Wall Street, onde os mercados financeiros rejubilaram com a vitória de Milei.

Nunca, desde o fim da ditadura militar, em 1983, viu a Argentina semelhante programa de guerra civil contra os trabalhadores. Conseguirá Milei concretizá-lo? Apesar dos números da sua eleição, é tudo menos certo. O seu partido tem apenas 38 dos 257 deputados.

A vitória de Milei é, em primeiro lugar, reflexo da dramática crise do regime da burguesia argentina, estrangulado pela finança internacional. A economia argentina nunca se recompôs do seu colapso em 2001. Durante os governos que se têm sucedido, geralmente dominados pelo peronismo, corrente populista clássica da Argentina, a classe trabalhadora multiplicou mobilizações de massas e greves gerais contra a escravatura à dívida externa e os planos de austeridade ditados pelo FMI.

Contudo, estas mobilizações esbarraram no comprometimento da burocracia sindical peronista com o regime e na inconsequência de grande parte da esquerda argentina, absorvida por estratégias eleitoralistas e incapaz de construir

um movimento operário político e sindical inteiramente independente do peronismo.

Por trás do triunfo do populismo “radical” e quase caricato de Milei está o desespero e o empobrecimento de largos sectores das massas, deixadas sozinhas ante a crise económica e social permanente e sempre agravada – e com todas as saídas políticas tapadas.

É claro que a classe dominante e o capital internacional nada têm contra o programa anti-social radical de Milei. Receiam, porém, cortar amarras com a burocracia sindical e, assim, extremar a luta de classes. Para manter as massas sob controle, muitos sectores preferiam Sergio Massa, com as ligações tradicionais do seu movimento à burocracia sindical.

O que significa “a ascensão da extrema-direita” à escala mundial?

É importante compreender o significado da eleição de Milei, quer pelo que ela é, quer pelo que não é.

Tal como nas eleições italianas, que deram a chefia do governo à neofascista Meloni e, mais recentemente, nas eleições neerlandesas, onde o partido xenófobo de G. Wilders foi o mais votado, ganhando quase um quarto dos assentos parlamentares, a subida à presidência de Milei não apareceu a culminar ou acompanhar a conquista das ruas por milícias fascistas, como sucedeu na Itália e na Alemanha há cem anos. E, assim como Meloni não é, para já, muito mais do que a nova cara da mesma política da Comissão Europeia e do BCE para a Itália, Milei será, para já, apenas o novo rosto da política do FMI para a Argentina.

Mas convém não esquecer o outro lado da equação. Também Trump e Bolsonaro foram eleitos em condições idênticas. No entanto, durante os seus consulados, as milícias fascistas fizeram significativos progressos na sua organização – ao ponto de intentarem incipientes golpes de Estado quando os seus caudilhos se viram derrotados.

Tudo se mantém em aberto. O movimento operário argentino sofreu mais um golpe duro – mas não foi esmagado. O descontentamento e a revolta que tiveram expressão atomizada e desorganizada na votação num demagogo populista voltarão a encontrar foco nas medidas anti-sociais que ele promete aplicar.

É tempo de a classe trabalhadora argentina reagrupar forças, separar-se politicamente da burguesia e do peronismo, construir a sua expressão política independente, sindicatos e partidos de classe capazes de derrotar a besta fascista e abrir o caminho ao socialismo.

Tudo depende, em última análise, de se conseguir construir uma direcção revolucionária para ajudar a classe operária argentina e de toda a América do Sul a vencer.

palestina

"Risco de genocídio em Gaza"

dizem os especialistas da ONU (16 de Novembro)

Números e factos: alguém se atreve a negá-los?

De 7 de outubro a 16 de Novembro: 13.300 mortos em Gaza (5.600 crianças); 216 palestinianos mortos na Cisjordânia; em Israel, 1.400 israelitas mortos no ataque do Hamas de 7 de Outubro.

15 de Novembro: o exército israelita toma de assalto o Hospital Al-Shifa, em Gaza; são expulsas milhares de mulheres e crianças lá refugiadas. Em 20 de Novembro, cerca de 250 palestinianos gravemente feridos continuavam, dado o seu estado, fechados no interior, sem comida nem água.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), dos 39 bebés prematuros que havia no Hospital Al-Shifa, tirados das incubadoras devido aos cortes de energia, apenas 28 sobreviveram, evacuados para o Egipto em 2 de Novembro; 11 estão em estado crítico.

O Hospital Indonésio (ao norte da cidade de Gaza) – onde se encontram 6.000 pacientes, pessoal e refugiados – está sitiado pelo exército israelita desde 20 de Novembro. Já foram mortas 12 pessoas. O bloco operatório, danificado, já não pode funcionar.

De acordo com o Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk, imagens do ataque israelita à escola de Al-Fakhoura, no acampamento de Jabaliya (Gaza), em 18 de Novembro, "mostram claramente muitas mulheres, crianças e homens gravemente feridos ou mortos". Três outras escolas que abrigam refugiados foram atacadas em 48 horas.

Nas prisões israelitas, os presos políticos palestinianos estão sujeitos a medidas punitivas: corte de electricidade, cancelamento de visitas e exames médicos, etc. (19 de Novembro).

Em 20 de Novembro, pais de israelitas presos pelo Hamas protestaram no Knesset (parlamento israelita) contra o ministro Ben Gvir. Um, Gil Dikman, declarou: "você disse que queria arrasar Gaza. O meu primo está lá. A mulher dele também. Há lá bebés. Bebés judeus e árabes! (...) 'Arrasar, aniquilar, cilindrar' Mas quem é que vai cilindrar? Os mesmos seres humanos que abandonou!"

Na Cisjordânia, de acordo com o Departamento das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários, cerca de 1.150 criadores de gado

palestinianos foram expulsos desde 7 de Outubro pelo Exército e pelos colonos. Aldeias inteiras como Radhem e Zanutah foram despovoadas.

A organização democrática israelita Yesh Din conta mais de 185 ataques de colonos contra palestinianos em mais de 84 aldeias e cidades, durante o mesmo período.

O Times of Israel (16 de Novembro) relata que o Exército recrutou colonos da Cisjordânia para formar seis "batalhões defensivos regionais".

O jornal israelita Haaretz (18 de Novembro) relata que uma investigação oficial israelita apurou que "aparentemente" um helicóptero militar israelita matou civis israelitas durante o ataque do Hamas ao festival Nova, perto do Kibutz Ra'im, no dia 7 de Outubro.

O director do cemitério militar israelita do monte Herzl, David Oren Baruch, disse, no dia 20 de Novembro, que: "enterrámos cinquenta soldados em quarenta e oito horas". As perdas militares israelitas nos combates de rua em Gaza são elevadas.

• Conferência Internacional

Continuação da página 7

intenção de romper com os velhos partidos – o Syriza na Grécia, Podemos em Espanha, o Movimento 5 Estrelas em Itália, o Bloco de Esquerda em Portugal, La France Insoumise em França –, não têm hesitado em votar pela guerra e pelos orçamentos de guerra nos respectivos parlamentos ou no Parlamento Europeu. Quando participam em governos, aceitam, na prática, acompanhar as políticas ditadas pelos capitalistas, votando milhares de milhões de ajudas aos capitalistas, virando, assim, costas às aspirações de quem vive do seu trabalho e sofre a fome, as privações e a falta de serviços públicos.

16. É indispensável os trabalhadores agruparem-se no terreno de classe independente da classe capitalista e dos seus governos. Fazem-no, desenvolvendo a luta de classe pelas suas reivindicações. Fazem-no, intervindo em defesa dos direitos democráticos com os métodos da luta de classes. Mais se impõe, também, a necessidade de ajudar conscientemente à reconstituição do

movimento operário com um novo eixo: o da independência, o da ruptura com a ordem capitalista. Sabemos – e aferimo-lo na nossa conferência – que grupos, partidos e organizações que provêm de outras tradições operárias diferentes da nossa e não se reivindicam da IVª Internacional tomaram caminhos que, mais tarde ou mais cedo, se cruzarão com o nosso. Talvez não na forma da IVª Internacional, mas na luta comum pela Internacional Operária, por partidos operários. Temos consciência de que esta recomposição do movimento operário será um caminho longo. Somos IVª Internacional, fiel ao seu programa, por considerarmos que ele responde às necessidades da luta de emancipação dos explorados. Não temos nenhuma intenção de impor seja a quem for. Sustentamos – os nossos debates mostraram-no – que, desde que se respeite a democracia operária e a livre discussão entre correntes do movimento operário, os pontos de vista se podem aproximar, na discussão e na acção. O objectivo comum é a luta pela paz, pelo pão,

pela liberdade, pelo socialismo. E, para isso, a luta por erguer o partido mundial da revolução socialista, erguer a Internacional Operária, herdeira da Iª Internacional de Marx e Engels e da Comuna de Paris, da IIª Internacional em cujo âmbito se construíram os maiores partidos operários de massas, da IIIª Internacional que seguiu a vitória da revolução russa dirigida por Lenin, e a IVª Internacional fundada por Leon Trotsky em luta contra a burocracia e a sua pretensa teoria do "socialismo num só país".

Por esta via enveredámos. Convidamos os trabalhadores e jovens de todas as tendências a enveredar também por ela, a construirmos juntos a Internacional revolucionária de que os trabalhadores e os povos carecem para lutar e vencer, para pôr termo ao regime capitalista. Para que o socialismo vença a barbárie.

Aprovada por unanimidade menos duas abstenções, 5 de Novembro de 2023

palestina

Declaração do Com pela Reconstituição

É emocionadamente que os trabalhadores, os jovens e os povos do mundo choram os milhares de vítimas civis, em particular os jovens e crianças brutalmente arrancados à vida, em Israel e em Gaza.

"É a guerra", proclamou o primeiro-ministro israelita Netanyahu. Na realidade, há 75 anos que a guerra devasta a região, não começou a 7 de Outubro de 2023. Há 75 anos que o povo palestino é expulso da sua terra, escorraçado das suas aldeias, tem as suas casas destruídas. Há 75 anos que lhe é negado o direito de retorno e se confronta com uma colonização que devora cada vez mais terra palestina. Porém, apesar de submetido a um verdadeiro regime de apartheid, feito de discriminação, opressão e humilhação, ele nunca deixou de resistir e de lutar.

Hoje, responsáveis políticos de todo o lado, especialmente das organizações e partidos de "esquerda" que falam em nome dos trabalhadores, apelam para a ONU: que abra o caminho, dizem, para uma "paz justa e duradoura".

A realidade é que a actual tragédia mergulha as suas raízes na Resolução 181 da ONU, adoptada em 29 de Novembro de 1947. Foi este acordo, selado na ONU entre o imperialismo americano – que arrastou com ele os imperialismos britânico e francês – e a burocracia da URSS, dirigida por Stalin, que impôs a partição da Palestina, dividindo artificialmente o seu território entre um "Estado judeu" e um "Estado árabe". Este último nunca viu a luz do dia.

Facto é, também, que, nas subsequentes 83 resoluções da ONU dedicadas à Palestina, nunca uma só das modestas exigências apresentadas ao Estado de Israel foi cumprida: fosse em matéria de direito de retorno dos refugiados palestinos (resolução 194) ou de retirada do exército israelita dos territórios ocupados em 1967 (resolução 242).

A única resolução que houve força de lei foi aquela pela qual as grandes potências impuseram a partição a todos os habitantes da Palestina, árabes e judeus. Fruto imediato dessa partição foram a Nakba de 1948 e todos os massacres cometidos desde então (independentemente da religião ou nacionalidade das vítimas).

Recorde-se o que escreveram os militantes da secção palestina da IVª Internacional em Setembro de 1947, no seu jornal *La Voix de la Classe*:

"A proposta da Comissão das Nações Unidas não constitui solução nem para os judeus nem para os árabes, é uma solução pura e simplesmente no interesse dos países imperialistas. Os dirigentes políticos sionistas precipitaram-se para o osso que o imperialismo lhes atirou. (...) E o Partido Comunista da Palestina? Está à espera, ao que parece, de uma solução "justa" vinda das Nações Unidas. De qualquer maneira, continua a ter ilusões sobre as Nações Unidas e, nesse sentido, está a ajudar a camuflar e a levar à prática os planos do imperialismo."

Para Netanyahu e o seu governo, os massacres e a guerra que estão hoje a deflagrar calham bem. Há vários meses a debater-se com a maior crise que o Estado sionista conheceu desde a sua criação, esta é, para Netanyahu – pessoalmente, em risco de ser preso por

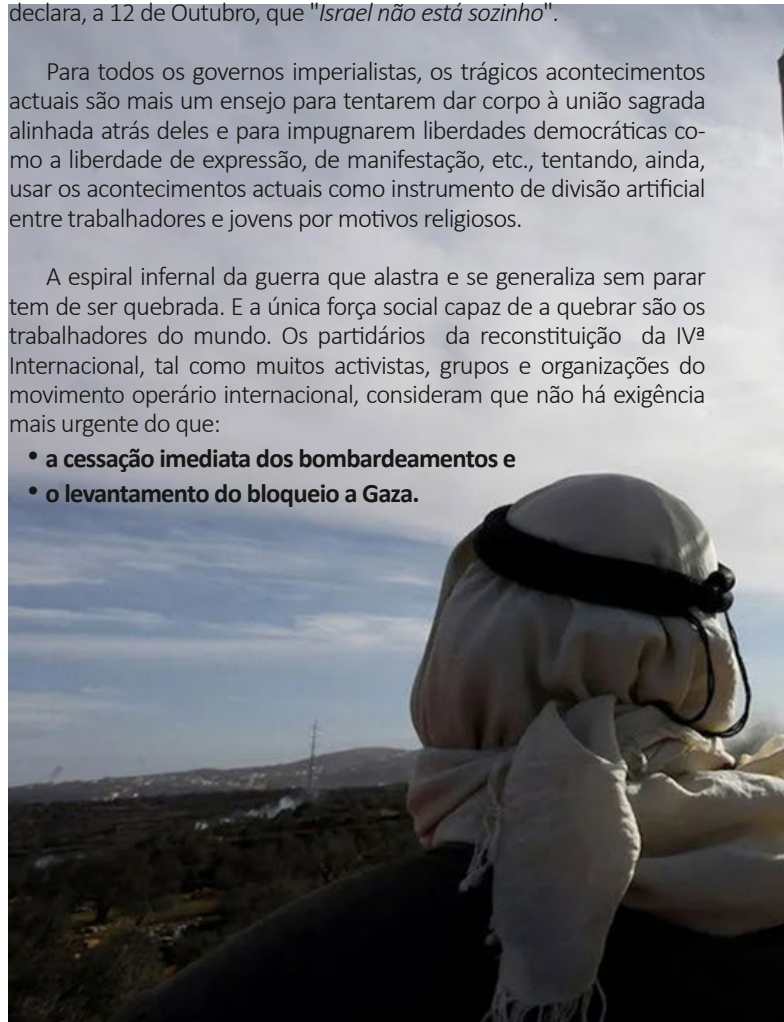
corrupção – , a oportunidade perfeita para chefiar um governo de "união nacional" com aqueles mesmos que ainda ontem o vaiavam nas ruas. Não obstante isso, os acontecimentos recentes – e são muitos os judeus israelitas que estão a tomar consciência disso – confirmam tragicamente o aviso feito em 2008 pelo antigo presidente da *Organização Sionista Mundial*, Avraham Burg: "Israel era para ser um refúgio para os judeus, mas tornou-se o sítio mais perigoso que há para eles".

Para o imperialismo norte-americano, o apoio que de imediato deu a Netanyahu – atrás dele se perfilando, como soldadinhos de chumbo, os Macrons, Sunaks, Scholz, Melonis, Trudeaus e Kishidas – insere-se num contexto em que o militarismo e a guerra contra os povos se estão a tornar, para o imperialismo, numa das principais maneiras de superar a crise do regime capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. Após a devastação de regiões inteiras de África e do Médio Oriente e a guerra na Ucrânia, e quando o imperialismo norte-americano já nem se dá ao trabalho de encobrir os seus preparativos para a guerra contra a China, o que agora se inicia é uma guerra de longa duração na Palestina, com ameaças de extensão, desde já, a toda a região, ao próprio Irão. É isto que os trabalhadores e os povos vêem quando Washington manda para a região o porta-aviões *USS Gerald Ford*, um dos maiores navios militares do mundo, ou quando o Secretário-Geral da NATO, Stoltenberg, declara, a 12 de Outubro, que "Israel não está sozinho".

Para todos os governos imperialistas, os trágicos acontecimentos actuais são mais um ensejo para tentarem dar corpo à união sagrada alinhada atrás deles e para impugnarem liberdades democráticas como a liberdade de expressão, de manifestação, etc., tentando, ainda, usar os acontecimentos actuais como instrumento de divisão artificial entre trabalhadores e jovens por motivos religiosos.

A espiral infernal da guerra que alastra e se generaliza sem parar tem de ser quebrada. E a única força social capaz de a quebrar são os trabalhadores do mundo. Os partidários da reconstituição da IVª Internacional, tal como muitos activistas, grupos e organizações do movimento operário internacional, consideram que não há exigência mais urgente do que:

- a cessação imediata dos bombardeamentos e
- o levantamento do bloqueio a Gaza.



Plataforma de Organização da IVª Internacional

Para além destas exigências imediatas, os defensores da reconstituição da IVª Internacional reafirmam que vai ser sempre preciso encontrar uma solução democrática para a Palestina. E é evidentemente ao povo palestino que cabe decidir das suas modalidades.

Pela parte que nos toca, como defensores da reconstituição da IVª Internacional, reafirmamos a posição que a nossa corrente nunca abandonou. A posição que a IVª Internacional afirmou quando se deu a votação na ONU, em 1947:

“A IVª Internacional estará na vanguarda da luta contra a partição e por uma Palestina unida e independente, em que as massas determinem soberanamente o seu destino, elegendo uma Assembleia Constituinte. Contra os effendis e os agentes imperialistas, contra as manobras das burguesias egípcia e síria que tentam transviar a luta pela emancipação das massas em luta contra os judeus, a IVª Internacional apelará à revolução rural, à luta anticapitalista e anti-imperialista, forças motrizes essenciais da revolução árabe. Mas ela só poderá travar esta luta com alguma possibilidade de êxito se tomar uma posição inequívoca contra a divisão do país e a criação de um Estado judeu.”

(Editorial da revista IVª Internacional, Novembro-Dezembro de 1947).



Esta posição, afirmou-a a IVª Internacional logo que se assinaram os Acordos de Oslo (em Setembro de 1993):

“A constituição deste ‘autogoverno’ (a Autoridade Palestiniana criada por Oslo – NdR), negando o direito do povo palestino à autodeterminação, fez com que Arafat tivesse que declarar, em carta ao Primeiro-Ministro de Israel, e referindo-se à Carta Palestiniana em que assentou a fundação da OLP, que ‘os considerandos da Carta que sejam contraditórios com estes acordos ficam sem efeito’*. Repitamo-lo: para as grandes potências, encabeçadas pelo imperialismo norte-americano, não está em causa a paz e o direito dos povos, mas a ordem imperialista. Ao ter por base a partição, a divisão, a negação dos direitos dos povos, a opressão e a negação da democracia, este acordo cria todas as condições para novos confrontos, novas guerras e novos massacres.”

Assim é: a situação em que a Palestina se encontra em 2023 estava inscrita nos Acordos de Oslo, 30 anos antes, na altura saudados por um vasto consenso de todas as forças de direita e de “esquerda” a nível internacional e em todos os países.

À época, a IVª Internacional contrapôs aos Acordos de Oslo a perspectiva de:

“uma nação palestina unida e fraterna (...) necessariamente ligada à luta pela emancipação de todos os povos da região, pelo estabelecimento de uma união dos povos e Estados do Próximo e Médio Oriente em pé de igualdade, libertos da opressão imperialista, libertos do domínio e da exploração dos proprietários fundiários e da burguesia. O que pode abrir uma saída a toda a humanidade é a luta dos trabalhadores e a luta dos povos, a sua unidade contra o imperialismo. Por isso a IVª Internacional se mantém fiel ao lema da Iª Internacional: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Para a IVª Internacional, é aos trabalhadores, é aos povos que cabe decidirem do seu próprio futuro.”

Quem ousará dizer que estas linhas, escritas há 30 anos, perderam força e actualidade? Tais são as nossas posições; submetemo-las à consideração de todos os trabalhadores, activistas e jovens empenhados na causa da paz, da justiça e do progresso social.

14 de Outubro de 2023, o Colectivo de Animação do CORQI

*Em 1969, o Movimento Nacional Palestino declarou solenemente que:

“o objectivo final desta luta consiste na restauração do Estado democrático e independente da Palestina, onde todos os cidadãos, independentemente da raça e da religião, gozarão direitos iguais”. Em 1970, o IIº Congresso Mundial sobre a Palestina, organizado pelo Movimento Nacional Palestino, declarou: “Todos os judeus, muçulmanos e cristãos terão direito à cidadania palestina”. Estas posições foram abandonadas por todas as direcções palestinianas. Quanto ao Hamas, em 1 de Maio de 2017 pronunciou-se por “um Estado nas fronteiras de 1967”.

palestina

1948-2023

«SEGUNDA NAKBA»?


A braços com acusações de corrupção e ameaçado por meses de contestação nas ruas, o primeiro ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, formou, para tentar sobreviver, um governo de coligação da extrema-direita supremacista judaica. Dele fazem parte expoentes do movimento dos colonos como Bezalel Smotrich, Ministro das Finanças (responsável pela ocupação israelita da Cisjordânia), e Itamar Ben-Gvir, Ministro da Segurança Nacional, cujas opiniões racistas o impediram de prestar serviço militar nas forças armadas israelitas: de racistas fanáticos e de extrema-direita, relativamente marginais na política israelita, a detentores de ministérios-chave. O programa desta gente é, no dizer de um membro do Knesset, provocar **“uma segunda Nakba”** (referência à expulsão de palestinianos que Israel levou a cabo em 1948): **expulsar os palestinianos de todo o território da Palestina histórica.**

Israel tem escalado a política de expansão dos colonatos desde que foi criada a Autoridade Palestiniana. O actual governo, porém, elevou o confronto a um nível sem precedentes (razão pela qual o grosso das forças armadas israelitas estava colocado na Cisjordânia quando dos acontecimentos de 7 de Outubro). Entretanto, os ataques perpetrados por colonos contra palestinianos na Cisjordânia mais do que duplicaram, passando de uma média diária de 3 para 7, num total de mais de 200 desde 7 de Outubro. 378 palestinianos foram mortos este ano na Cisjordânia (até 9 de Novembro; quase metade deles desde 7 de Outubro), principalmente por militares israelitas, mas alguns por colonos, cujas acções gozam de total impunidade.

Este é o contexto da brutal resposta do governo de Netanyahu aos acontecimentos de 7 de Outubro. **A ideia não é “erradicar o Hamas”, mas sim aproveitar a ocasião para dar continuidade, na faixa de Gaza, ao programa geral de ocupação de todo o território da Palestina histórica, expulsando ou eliminando todos os palestinianos.**

Em discurso directo

A 28 de Outubro, **Netanyahu** disse que os israelitas estavam unidos na luta contra o Hamas, descrito como um inimigo de crueldade incomparável, e “determinados a eliminar completamente este mal do mundo”, disse Netanyahu em hebraico. E acrescentou: *“Lembra-vos do que Amaleque vos fez, diz a nossa Bíblia Sagrada. E nós lembramo-nos”.*

No primeiro livro de Samuel, o deus dos judeus ordena ao rei Saul que mate todas as pessoas em Amaleque, nação rival da antiga Israel. *“Assim diz o Senhor Todo Poderoso”, disse o profeta Samuel a Saul. “Castigarei os amalequitas pelo que fizeram a Israel quando os atacaram depois da saída do Egito. Agora ide, atacai os amalequitas e destruí totalmente tudo o que lhes pertence. Não os poupeis; matai homens e mulheres, crianças e bebés, gado e ovelhas, camelos e burros.”*

Esta sinistra referência é uma das muitas em que dirigentes israelitas revelam o programa expresso na cruel e devastadora resposta ao ataque do Hamas de 7 de Outubro.

O ministro israelita do Património, **Amichai Eliyahu**, disse que **“uma das opções de Israel na guerra em Gaza é lançar uma bomba nuclear na Faixa”**, relatou o diário *Times of Israel*.

Netanyahu “suspendeu-o”.

Em entrevista à rádio, Eliyahu objectou também a que se autorizasse qualquer ajuda humanitária a Gaza: *“Então também dávamos ajuda humanitária aos nazis?”*, disse o ministro, acrescentando que **“em Gaza, não há civis que não estejam envolvidos”**; a população palestiniana **“pode ir para a Irlanda ou para o deserto, os monstros de Gaza que arranjam uma solução”**; e **“quem agitar uma bandeira palestiniana ou do Hamas não deve continuar a viver à face da terra”**.

Um porta-voz militar disse dos ataques aéreos iniciais de Israel que **“a prioridade é fazer estragos, não fazer pontaria”**.

BOLETIM O Trabalho

Publicado pelo grupo “O Trabalho”
 Página web: <http://ainternacional.pt>
 Responsável: José Júlio Santana Henriques
 e-mail: jose.santanah@gmail.com